

RESENHAS

Crítica e reflexividade na cibercultura

FRANCISCO RÜDIGER*

TRIVINHO, Eugênio (2007).

A dromocracia cibercultural.

Lógica da vida humana na civilização mediática avançada.

São Paulo: Paulus, 455 p.

RESUMO

O texto, primeiro, sumaria as principais teses do livro, ressaltando a singularidade de seu enfoque e proposições em meio à literatura brasileira sobre a cibercultura para, em seguida, confrontar-se criticamente com suas premissas epistemológicas. O autor da resenha contesta o alcance da reflexão pretendida pela obra, argumentando que ela não logra escapar intelectualmente das circunstâncias que impõem seu próprio objeto de estudo.

Palavras-chave: Eugênio Trivinho, cibercultura, crítica

ABSTRACT

First, this review summarizes the main thesis defended in the book, stressing the singularity of its approach and propositions amidst the Brazilian literature on cyberculture. Following this, there is a critical confrontation with its epistemological foundations. The review author contests the work's intended reflection scope, arguing that it does not escapes intellectually from the circumstances imposed upon it by its theme itself.

Key words: Eugênio Trivinho, cyberculture, critique

* Professor-titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutor em Ciências Sociais (USP). De publicação mais recente é seu *Martin Heidegger e a questão da técnica* (Porto Alegre: Sulina, 2006). frudiger@puers.br

POUCOS SÃO os que, aqui e alhures, pensam com atitude crítica as situações criadas para o homem com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação. O fetichismo da mercadoria é a nota dominante no espírito do tempo e, daquele, raras vezes escapa a própria consciência reflexiva. A palavra programada e a conduta *marketeira* invadiram os circuitos intelectuais, de modo que quase todos os que por eles rodopiam querem não apenas se fazer ouvir com sucesso, mas fazer sucesso como virtualmente todos o desejam: isto é, por intermédio da aclamação mercadológica e do reconhecimento publicitário.

A dromocracia cibercultural, título um tanto bizarro, segue na contramão de tudo isso, confirmando as credenciais de crítico das mazelas da tecnocultura contemporânea conquistadas por Eugênio Trivinho. Pioneiro dos estudos reflexivos sobre essa matéria, o autor se firmou ao longo dos anos como um importante analista de nossa condição em meio à cultura mercantil e tecnológica. Fundador do Grupo de Trabalho sobre mídia e novas tecnologias da Compós, em meados dos anos 1990, ele vem construindo como professor e pesquisador uma carreira tanto no campo da reflexão crítica quanto no da organização acadêmica dos estudos de comunicação, e que encontra importante momento de síntese literária neste *A dromocracia cibercultural*.

A obra é menos uma monografia de pesquisa do que um tratado teórico sobre a cibercultura, cuja base é a idéia de que essa “ainda não foi dissecada a contento pela categoria da crítica teórica” (p. 135). A extensão do volume e o cunho sistemático que acabou adquirindo autorizam a afirmativa. O conceito de dromocracia, que corta a análise, é o grande fio condutor da argumentação. O texto segue um plano, através do qual seus dez capítulos vão se distribuindo em seções, até se chegar a uma sinopse global.

Para Trivinho, a cibercultura é o cenário em que se concretiza um novo regime de poder, transpolítico, regime esse que ele denomina de dromocracia: o livro é um esclarecimento conceitual e uma análise sistemática dessa categoria, que o autor elabora bebendo nos escritos de Paul Virilio. O movimento democrático que tipificaria os tempos modernos esconde a escalada “não-programada, tortuosa mas progressiva, indiscriminada e sem resistência da dromocracia” (p. 70).

As considerações sobre a velocidade que propõe o filósofo francês subsidiaram a elaboração de uma visão mais crítica dos processos em jogo no âmbito da cibercultura.

O *cyberspace* é, no fundo, uma máquina de guerra imaterial, impessoal, simbólica (há décadas civilizada, isto é, tornada civil e, assim, domesticada) contra o

corpo próprio, o campo próprio e a alteridade. Evidencia-se socialmente, sob a égide dessa inforede, uma dinâmica tecnológica de poder cínico que, desprovida inteiramente de comando central, ‘descarna’ e pulveriza as alteridades sob o pretexto mercadológico de agir justamente em seu nome, de criar uma zona de atuação e entretenimento para elas e de facilitar as suas relações sociais, como nunca antes visto, em escala internacional (p. 349).

Com acerto, nos parece, o autor põe em questão a propriedade da idéia de política para se experimentar prática e teoricamente a contemporaneidade. A expansão das tecnologias sinaliza um processo sem centro de comando e sem finalidade, cujo sentido porém estaria claro: “civilizar corpos, mentes e estruturas sociais para a dromocracia cibercultural” (p. 199).

“Regime social invisível”, o conceito de dromocracia pretende dar conta, portanto, da superação da forma política pela tecnológica de existência que subjaz à cibercultura. Várias seções da obra argumentam que ele seria a expressão teórica mais justa para nomear “a organização social-histórica avançada e invisível da violência da técnica sofisticada” (p. 81).

Seguindo uma tradição que remonta aos ludditas, a obra se estrutura axiologicamente em torno do problema da violência da técnica. Houve, primeiro, o processo de desqualificação da atividade artesanal. Depois, o enquadramento do homem à disciplina fabril. Agora, crê o autor, estamos passando para a violência da velocidade maquinística. O homem é lançado numa série de jogadas cujo denominador comum seria a exigência de cada vez maior dromoaptidão.

A cibercultura esconde o surgimento de uma ordem em que nos é cada vez mais solicitado um capital cognitivo e uma competência técnica, que cumprem “um desígnio social totalitário, subordinado à lógica de uma invisibilidade cotidiana que não concorre senão para mantê-lo intocado, no quadro metamórfico-dissuasivo da violência simbólica da técnica” (p. 137). As criaturas incapazes de se ajustar semiótica e praticamente ao ritmo acelerado das instituições tecnológicas tendem a ser excluídas, tornando-se obsoletas e, portanto, descartáveis, um lixo informático, no caso, como sugeriram Kroker e Weinstein.

Destarte, verifica-se o surgimento de uma forma de integração explosiva, porque permanentemente excludente, cujo formato é pós-ideológico. A velocidade que pauta as instituições determina uma indexação infotécnica da existência. Pondo-se em perspectiva, é pelo acoplamento do corpo à máquina, via a fusão da mente com as redes telemáticas, da qual nem todos participam, que doravante prossegue a marcha catastrófica que é a da humanidade.

A cibercultura poderia ser bem vista, por isso, como expressão dessa “alegria despolarizada” surgida com “o esvaziamento técnico do simbólico”, ou

seja, como emanção cotidiana dos “valores pós-ideológicos dos quais o capital cibertecnológico, a cultura mediático-publicitária e a máquina de guerra estatal norte-americanos têm sido, de longe, com abundância de provas, os maiores representantes internacionais” (p. 131).

Em Trivinho, a atitude é crítica mas, no caso em foco, confirma-se a inclinação do autor para uma fundamentação sociológica de cunho sistêmico que o afasta do raciocínio ao mesmo tempo mais leve, reflexivo e provocativo, que nós mesmos indicamos em resenhas sobre seus textos anteriores: *O silêncio no prato*, *Contra a câmera escondida* e até mesmo *O mal-estar na teoria*. Noutros termos, o comentário crítico e dialético das aberrações de nosso tempo e civilização cede terreno para uma espécie de fenomenologia conceitual de clara procedência funcionalista. Como ele próprio afirma:

Interessa-nos assestar o foco sobre o conjunto de princípios operacionais que presidem os processos e fenômenos correspondentes a tal dinâmica, premissas que fazem com que estes sejam o que são, processos e fenômenos tais e quais, e isso para além de sua dimensão utilitária e supostamente vantajosa ou benéfica, bem como (para) aquém da ordem da fenomenologia posta, do ente dado, do existente estruturado (p. 337-338)

Nossa simpatia e admiração pelo autor não podem deixar os prejuízos dessa redução de proposta e objetivos passarem em branco. A reflexão crítica sobre os contornos da cibercultura é algo urgente em meio a estudos de comunicação cada vez mais conformistas e integrados. Porém, talvez não se avance muito além, quando a empreitada, embora lastreada em atitude crítica, mira o concreto, mas se limita a abstrair a experiência com conceitos descarnados, a reconstruir suas condições mais gerais de existência de forma puramente categorial.

Trivinho fornece poucos elementos históricos objetivos para caracterizar o que chama de dromocracia e, por isso, não fica claro porque ela se tornou “em consonância auto-identitária”, o “regime social invisível” da democracia. Lendo o texto, fica-se com uma idéia muito abstrata do que seria seu império e sem registro concreto de seus prejuízos: as circunstâncias materiais que lhe dariam a necessária objetividade histórica raramente aparecem.

Não por acaso, um dos melhores momentos do trabalho é, em nossa ótica, a seção em que o autor analisa e comenta os *chats* pela internet. Embora o material empírico não compareça, a reflexão logra fazer uma ligação com o vivido, para fazer notar como, no fenômeno

mentira, invenção e verdade nivelam-se: sob a capa do anonimato sustentado por codinome ou apelido (*nickname*), as possibilidades simbólicas se dilatam e se refratam ao infinito, agregando à vivência do vale-tudo a confusa idéia de uma democracia obtusa, de viés pulsional e verbo-reativo, processada no contexto de uma relativa anarquia objetiva, ironicamente auto-organizada como estrutura tecnológica de poder pulverizado e auto-anulado: a cada um o seu quinhão, a palavra exercitada, na espuma dos sentidos rápidos, agônicos, incapazes de lastro (p. 389).

Como essa linha de análise, todavia, não marca o texto, o preço pago por ele é o teorismo, um registro discursivo altamente abstrato e decisionista, incapaz de justificar concretamente porque a cibercultura é expressão da pretendida dromocracia. Segundo o autor, “a velocidade é necessariamente violência” e, portanto, a dromocracia é, “em essência, terror” – mas isso de modo algum é óbvio, como sugere o texto.

Quem embarca num vagão de montanha russa ou percorre a centenas de km/hora em uma rodovia não sente essas vivências apenas nesse registro. Na experiência social e tecnicamente construída da velocidade, que acionamos em alguns momentos de nossa existência, embora não em todos, há muitas dimensões alheias à violência (ou, ainda, nas quais a violência não se deixa reduzir a uma grandeza moralmente negativa).

Os fatos sociais são sempre mediados pela consciência dos sujeitos, e por isso, precisamos levar em conta essa dimensão, a da consciência imediata, quando o que importa é o exame de um caso ou situação concreta. O tratado em foco passa por alto tal detalhe e, por isso, as situações que evoca são muito mais exemplificações derivadas de seu argumento do que campo de prova ou análise de sua reflexão.

Resumindo, o pretendido império da velocidade, em que pese a intenção oposicionista, é afirmado dogmaticamente, convertido em vetor da história que foi aquela categoria (a velocidade). Procedendo em termos funcionalistas, apesar da atitude crítica, o texto acaba forjando uma espécie de razão dromocrática, em vez de a ela contrapor uma reflexão. A história concreta, a história que tecemos em nossas relações sociais, é menos posta de lado do que mistificada, como Marx disse em sua crítica a Proudhon.

Em Proudhon, os materiais de que é feita a história são as categorias que ele abstrai da vida ativa e atuante dos homens, em vez dos processos históricos em que ela se desenvolve e dos quais as categorias são apenas a expressão discursiva ou momento intelectual. Por isso, como são vistas separadas dessa vida, essas categorias são enfocadas como tendo uma substância que independe dos sujeitos concretos e de todas as suas vicissitudes.

Referindo-nos ao livro de Trivinho, poderíamos dizer que,

... toda coisa [cibercultura] sendo reduzida a uma categoria lógica [velocidade] e todo movimento [transpolítico], todo ato [violento] ao método [exposição categorial], segue-se naturalmente que todo conjunto de produtos e de produção, de objetos e de movimento concreto se reduz a uma metafísica aplicada (*Miséria da filosofia*, Cap. II, § 1, 1ª. observação).

Noutros termos, o movimento histórico concreto que os homens vivem dentro de certas estruturas se evapora na sucessão das idéias encadeada no raciocínio de seu estudioso. Esse crê explicar o mundo pela conexão das categorias, quando não faz mais do que ordenar de acordo com um discurso dogmático as relações plásticas que as pessoas desigual e conflituosamente criam e vivenciam em sua realidade concreta.

Trivinho parece defender que a fórmula lógica da velocidade, da aceleração no tempo, explica como funciona e se estrutura a cibercultura. Porém, efetivamente, só quem pode dar conta disso são os processos de criação coletiva e interação social concretos, sempre contraditórios e variados. O ponto de vista dos sujeitos a respeito disso, embora não de todo, precisa ser levado em conta, se quisermos elaborar um conhecimento menos arbitrário e, assim, mais concreto do existente.

A cibercultura não é destes objetos que permitem uma apreensão puramente categorial. As categorias que a articulam remetem às evoluções da história profana, das situações que os homens criam com seus próprios atos. A velocidade com que se pretende explicar aquela não deveria ser vista, por isso, como uma chave de leitura da história mas, antes, como uma categoria emergente em nosso tempo e simbolizadora de suas circunstâncias.

Para nós, concluímos, velocidade e dromocracia são palavras que não explicam nada, são palavras com que, na realidade, meramente se tenta suprimir um vácuo hermenêutico, aquele mesmo criado pela era da cibercultura. Expressões apelativas para diagnosticar essa última, elas são sobretudo termos retóricos de parafrasear os fatos que lhe são devidos.

Vendo bem, polemizamos com o nosso autor e amigo, não é a velocidade que explica a cibercultura mas, antes, as relações sociais e os processos históricos que a formam, de modo que não seria com suas emanações intelectuais, com conceitos dela originados, como o de dromocracia, que se poderia conduzir bem sua reflexão crítica. A crítica precisa elaborar conceitos, mas esses devem nascer menos da substituição dos existentes do que da análise do modo como

eles, oriundos do real, servem de mediação das contradições sociais objetivas de um dado processo histórico.

Síntese de vários anos de trabalho, o livro em juízo merece, por tudo isso, atenção e debate. Crêem muitos que o aplauso para o acabado é sinal de que se avançou. Trivinho conta-se entre os sabedores de que não há avanço sem crítica e revisão do que está posto. Não foi outra a tese que nos guiou nesta resenha de *A dromocracia cibercultural*. 